REGIME DE PRIORIDA FIS. N.o O

ublique se lactua e em la le por TRES ses ous

PROJETO DE LEI NO

Permite o estabelecimento de convênios, com em presa privada, para preservar a Mata Atlântica.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ESTADO DE SÃO PAULO

DECAR 90 5 PHOLI

Artigo 19 - O Poder Executivo poderá estabelecer convênio, com empresa privada, a fim de preservar a Mata Atlântica.

Artigo 29 - A Mata Atlântida será dividida em módulos, de diferentes tamanhos, que serão oferecidos aos interessados.

PROTO REGISTRO 0 10 10 05 1995 Autumo e/ 02 laihas Ass.

YSU Z

2

(33)

Parágrafo Único - Quando mais de uma empresa es tiver interessada em uma mesma gleba, a preferên cia é daquela que oferecer melhores condições e, em caso de empate, a escolha far-se-à por sorteio.

Artigo 19 - As despesas efetivamente comprovadas poderão ser descontadas das cotas de ICMS devidas pela empresa conveniada, des de que não ultrapasse 2% (dois por cento) do valor a ser recolhido.

Artigo 49 - O Poder Executivo, por regulamento, estabelece rá as cláusulas técnicas do convênio, bem como outras que fizerem necessárias.

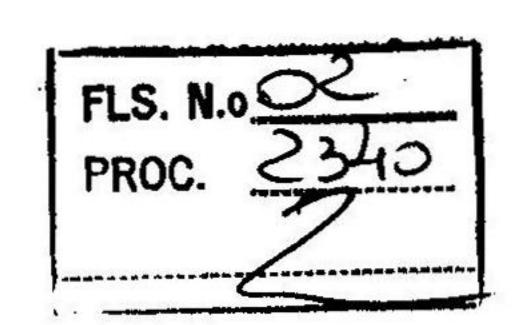
Artigo 59 - O Estado, em caráter excepcional, poderá brar convênio com entidade internadional de reconhecida idoniedade, com representação no Brasil, para a execução dos serviços de preser vação, desde que sem ônus para o Enário.

Artigo 69 - Esta lei entra em vigor na data de sua publica ção.

JUSTIFICATIVA

Atravessamos, hoje, momento "sui generis" vida das nações. O Estado - nação politicamente organizada - infla do pelos ventos totalitários de todas matizes e direções, assumiu dimensões tentaculares, lembrando, assim, a figura do Leviatã escul pida por Hobbes.

Passado esses tempos tempestuosos, a emergente realidade trouxe a imperiosa necessidade de se buscar um novo fil do setor público, fazendo retornar à iniciativa privada áreas que lhe foram usurpadas nessa sanha de megalomania dos governantes ávidos por descabido poder.



Hoje, como nunca, não mais se quadra, com ade quação essa utópica dicotomia que separava, em compartimentos estanques, as coisas do âmbito público e as do privado.

Urge, pois, reordenar as competências e criar novos instrumentos para que, numa ação conjunta, governo e gover nados promovam a simbiose dessas duas entidades, facilitando a solução dos vastos problemas sociais que inquietam inúmeros países.

Poder-se-á dizer, sem medo de cometer equívo co, que só o esforço comum poderá fazer frente às crescentes dificuldades que assolam a maioria das comunas paulistas e brasilei ras. É certo, já estão sepultadas as formas isolacionistas, onde os interesses da iniciativa privada e do setor público seguiam caminhos paralelos.

Sem a mobilidade inerente ao setor privado, os órgãos e empresas estatais, via de regra, estão ultrapassados e perdidos nos labirintos burocráticos, lembrando, no dizer do ilus tre Parlamentar Roberto Campos, os sauros das priscas eras do nos so Planeta.

Mister se faz, destarte, realinhar os objetivos e encontrar a trilha comum, o mecanismo único, onde as forças
de ambas as partes - pública e privada - convergeriam para um só
vetor, onde possuiriam maior poder de ação.

Não resta dúvida, que a conservação da Mata Atlântica é uma tarefa que, atualmente, extrapola a possibilidade dos órgãos estaduais próprios de zelar por um patrimônio tão vas to. Além das dificuldades técnicas, a falta de recursos está a exigir novos métodos para alcançar esse nobre objetivo.

Com essa finalidade, propomos o presente projeto de lei, que tem por meta permitir a celebração de convênio entre o poder público e a iniciativa privada para conservar a Mata Atlântica. Essa possibilidade, que ora se almeja criar pela forma legal - a forma própria das democracias - é, realmente, muito importante e merece a consideração dos nobres Deputados desta Augusta Casa do Povo.

Sala das Sessdes, em

Divisão de Ordenamento Legislativo Esta proposição contém assinaturas

SDC,

915

1199 5

Chefo de Seção

Deputado ALDO DEMARCHI

SECRETARIO DE COMISSÃO